

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 13, NÚMERO 4 - JUNHO



Populismo: um convite ao isolamento?

INTEGRAÇÃO

Pode a UE sobreviver ao populismo?

MUDANÇA CLIMÁTICA

Ação climática subnacional na era do populismo: o que o mundo pode aprender com o Canadá

COOPERAÇÃO REGULATÓRIA

A cooperação regulatória por meio do diálogo comercial entre Brasil e Estados Unidos



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 13, NÚMERO 4 - JUNHO

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Daniela Alfaro

Rodrigo Fagundes Cezar

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

POPULISMO

- 4 **Compreendendo o momento populista em que vivemos**
Noam Gidron

INTEGRAÇÃO

- 8 **Pode a UE sobreviver ao populismo?**
Heather Grabbe, Stefan Lehne

MUDANÇA CLIMÁTICA

- 13 **Ação climática subnacional na era do populismo: o que o mundo pode aprender com o Canadá**
Andrew Aziz

COMÉRCIO INTERNACIONAL

- 16 **Comércio internacional no século XXI: alternativas para o Brasil**
Carlos A. Primo Braga

COOPERAÇÃO REGULATÓRIA

- 20 **A cooperação regulatória por meio do diálogo comercial entre Brasil e Estados Unidos**
Roberto Kanitz, Stefanie Tomé Schmitt

- 25 **Publicações**

Reforma ou ruptura?



Muito utilizado e pouco entendido, o termo “populismo” insiste em ocupar o centro do debate político na América Latina. A novidade reside nos fatos que inspiram o seu uso. Tradicionalmente empregada para classificar ações de governos da região, a noção tem apoiado análises sobre países outrora imunes ao recurso retórico. Soa estranho associar os Estados Unidos ou o Reino Unido ao termo, por exemplo. Da mesma maneira, surpreende a referência à ascensão de discursos classificados como “populistas” em uma União Europeia (UE) construída sobre os pilares de democracias liberais.

É provável que o atual uso do termo abarque fenômenos diferentes. Nesse sentido, o correr dos anos nos trará os elementos necessários para um enriquecimento da taxonomia disponível. Enquanto isso, a recorrência no uso da noção de “populismo” ajuda na identificação de desvios de princípios que, muitos supunham, eram inabaláveis. Diante de tão complexo enredo, estaremos diante do esgotamento do arcabouço institucional progressivamente construído desde meados do século XX? Será todo populismo protecionista? Até que ponto regimes como o sistema multilateral de comércio são capazes de responder ao mau humor de milhões de eleitores ao redor do globo? É possível concebermos projetos de integração regional em um momento de crescente desconfiança em relação às elites?

O presente número do Pontes oferece a você, prezado(a) leitor(a), artigos que discutem as causas e consequências do populismo. Os cinco textos aqui publicados nos ajudam a entender não apenas a natureza das transformações econômicas, políticas e sociais no hemisfério Norte, mas também a refletir sobre as estratégias adotadas pelo governo do Brasil ao longo das últimas décadas. De fato, o impulso à retórica protecionista em diversos países desenvolvidos fornece material farto para que analisemos a realidade da política comercial brasileira. Qual a responsabilidade das chamadas “potências emergentes” na preservação da ordem vigente? De que maneira os anseios por reformas no sistema internacional dialogam com o descontentamento em estratos de sociedades como a estadunidense, a britânica e a francesa?

Dedicada a iluminar questões complexas, a Equipe Editorial do Pontes sabe que as páginas a seguir proporcionam um ponto de partida para o debate. Queremos convidar você, prezado(a) leitor(a), a participar do diálogo, compartilhando suas ideias conosco. Para tanto, oferecemos tanto nosso [site](#) quanto nosso [e-mail](#).

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

POPULISMO

Compreendendo o momento populista em que vivemos

Noam Gidron

Por que homens nativos brancos com baixo nível de escolaridade são particularmente atraídos pelo discurso do populismo de direita? Buscando atacar essa pergunta, o autor examina como fatores culturais e econômicos interagem ao moldar um status social subjetivo e como este está ligado ao apoio à direita populista.

O objetivo deste breve artigo é oferecer um panorama do populismo nas democracias ocidentais. Os sucessos – e fracassos – dos partidos e causas populistas certamente são moldados por fatores específicos a cada país. Ao invés de trabalhar dentro dessa chave analítica, entretanto, busco enfatizar o debate sobre os traços comuns do chamado populismo de direita, que defino como um tipo de apelo político ancorado em uma oposição moral entre uma população unificada (“nós”), definida em termos etnonacionalistas, e uma elite corrupta (“eles”)¹. Meu objetivo é compreender as causas fundamentais do apoio ao populismo de direita entre homens nativos brancos com baixo nível de escolaridade – perfil que marca ampla parcela do apoio ao populismo de direita.

O populismo está em ascensão entre as democracias ocidentais ou estagnou? Ou ainda: o populismo está em declínio? Tais perguntas têm dominado discussões na esfera pública e na academia² sobre os eventos políticos recentes. No entanto, a resposta parece ser consideravelmente diferente a depender de onde e em qual momento específico essa pergunta é feita.

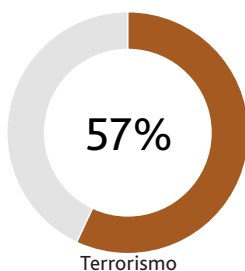
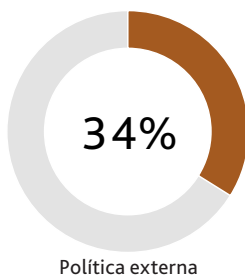
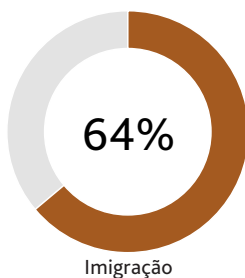
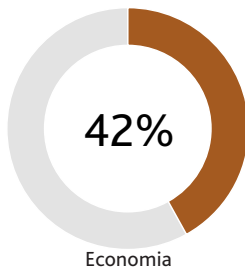
De um lado, a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016 e o referendo de *Brexit* pareciam renovar as forças da onda populista³. Os partidos populistas ganharam apoio em vários países europeus logo após a crise financeira de 2008. Em geral, o apoio ao populismo concentrou-se nos partidos radicais de direita, que se mobilizam com base em fortes apelos anti-imigração. Em alguns países, como a Espanha, partidos populistas de extrema esquerda conseguiram atrair um amplo apoio com base na agenda anti-austeridade.

De outro lado, diversos resultados eleitorais recentes levaram à conclusão de que o auge da onda populista já passou. Na Holanda, o partido populista de extrema direita (Partido da Liberdade, liderado por Geert Wilders) ganhou menos votos do que o esperado nas eleições parlamentares de 2017. Na França, a candidata populista da direita radical, Marine le Pen, da Frente Nacional, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais, mas perdeu por muitos votos para o candidato assumidamente pró-Europa. No Reino Unido e na Alemanha, o apoio a partidos populistas de direita (Partido pela Independência, no Reino Unido, e Alternativa, na Alemanha) parece estar desaparecendo à medida que partidos conservadores *mainstream* revelam uma tração renovada na preparação para as próximas eleições nacionais – embora as coisas possam mudar até o dia das eleições.

Como ocorre com frequência quando se busca acertar alvos em movimento, é uma tarefa difícil inferir tendências globais com base nos desdobramentos políticos específicos a um país. Com efeito, agora todo evento político parece remodelar a narrativa geral sobre a força do populismo nas capitais ocidentais. Conclusões contundentes não raro são formuladas no sentido de afirmar o apoio ao populismo apenas com base em estreitas margens de resultados eleitorais – o que torna os argumentos sobre tendências de apoio ao populismo ainda mais frágeis.

Diante desse cenário complexo e em constante transformação, faz mais sentido focar nas características da política populista comuns a vários países. Concentrar o esforço analítico

Prioridades e o voto a Trump



Fonte: National Election Pool (2016)

nesses traços mais estáveis do populismo pode oferecer uma compreensão mais profunda desse fenômeno. E uma característica estável do populismo ocidental contemporâneo diz respeito a seus principais apoiadores.

Recorrentemente, homens nativos com baixo nível de escolaridade correspondem à base de apoio da direita populista na Europa. É claro, isso não significa que, dentro de determinadas circunstâncias, outros grupos de eleitores também não possam apoiar partidos e causas da direita populista. No período recente, em vários países europeus, partidos populistas de direita empreenderam um esforço consciente e concertado para aumentar sua base de apoio entre outros grupos demográficos, como as mulheres. Além disso, também existem variações entre países quanto ao suporte à direita radical. Por exemplo, análises de intenção de voto realizadas nas últimas eleições presidenciais na França sugerem que a direita radical francesa logrou atrair mais eleitores jovens do que seus adversários em outros países da Europa. Contudo, existem cada vez mais evidências de que homens nativos com baixo nível de instrução são mais propensos a apoiar a direita radical populista.

Por que eleitores com esse perfil são altamente suscetíveis aos apelos da direita populista? Essa pergunta tem constituído objeto de crescente atenção nas ciências sociais. Respostas para essa questão geralmente caem em uma das seguintes categorias: aquelas que apontam para preocupações econômicas; e as que enfatizam ansiedades culturais. Essas duas linhas explicativas são amplamente discutidas na literatura acadêmica como argumentos que competem entre si. Em geral, os debates buscam identificar qual desses dois fatores possui maior poder explicativo na compreensão do apoio à direita populista. As implicações dessa discussão vão além das teorias da ciência social: compreender as raízes do apoio ao populismo tem efeitos políticos imediatos sobre aqueles com interesse em lidar com o ressentimento expressado por muitos apoiadores da direita populista. Se são principalmente razões econômicas que motivam o apoio à direita populista, então prescrições econômicas são necessárias. Por outro lado, se são causas sobretudo culturais, é provável que as políticas de bem-estar social voltadas aos apoiadores da direita populista não sejam capazes de tratar das causas desse fenômeno.

Uma linha de pesquisa identifica na insatisfação econômica e na insegurança material a fonte do apoio à direita radical⁴. Acadêmicos dessa área traçam uma conexão direta entre medidas objetivas de circunstâncias econômicas – como renda e emprego – e apoio ao populismo de direita. De fato, existem evidências de que o apoio à direita populista está fortemente ancorado em medidas de insegurança econômica. Em termos de emprego, o apoio ao populismo de direita europeu também é motivado pelo desemprego no setor industrial, o qual tem aumentado. De modo mais geral, argumentos político-econômicos relacionados localizam as causas do aumento do populismo na mudança de uma ordem keynesiana para uma neoliberal⁵ – mudança que envolveu uma redução nos sindicatos e, por conseguinte, um aumento na insegurança em termos de emprego.

Em contraste, uma segunda linha de reflexão argumenta que o apoio à direita populista é motivado sobretudo por ansiedades culturais⁶. Pesquisas nessa linha argumentam que a maior proeminência de valores pós-materiais (como a aceitação do casamento gay e do multiculturalismo) levou à intensificação de uma reação cultural na forma de apoio ao populismo de direita. Com efeito, evidências apontam que o apoio ao populismo se concentra entre homens mais velhos, menos inclinados a compartilhar valores pós-

uma característica estável do populismo ocidental contemporâneo diz respeito a seus principais apoiadores. Recorrentemente, homens nativos com baixo nível de escolaridade correspondem à base de apoio da direita populista na Europa.

Renda familiar e voto nos Estados Unidos

Menos de

US\$ 30.000Donald Trump: 41%
Hillary Clinton: 53%

Entre

**US\$ 50.000 e
US\$ 99.000**Donald Trump: 50%
Hillary Clinton: 46%

Entre

**US\$ 200.000 e
US\$ 249.999**Donald Trump: 49%
Hillary Clinton: 48%Fonte: National Election Pool
(2016)

materialistas de igualdade de gênero e raça. Da mesma forma, aqueles com maior nível de instrução são mais propensos a ter valores culturais progressistas e menos propensos a apoiar o populismo de direita – novamente, em linha com as expectativas do argumento cultural.

Os debates em curso procuram decidir entre explicações econômicas e culturais, mas ainda não está claro se essa é a maneira correta de fazer a pergunta sobre as causas que estão na raiz do apoio ao populismo. É muito provável que tanto fatores econômicos quanto culturais sejam importantes na compreensão desse fenômeno. Considerando quão intimamente ligados estão indicadores econômicos e culturais, encontramos vários desafios metodológicos quando nos propomos a analisar o efeito independente de fatores econômicos e culturais.

Uma forma de avançar nessa discussão, como sugiro em meu trabalho com Peter A. Hall⁷, é examinar como fatores culturais e econômicos interagem ao moldar um status social subjetivo e, então, investigar como o status social está ligado ao apoio à direita populista. Ao invés de considerar argumentos econômicos e culturais como explicações que competem entre si, estamos interessados em compreender como ambos os fatores interagem para moldar como as pessoas percebem sua posição na hierarquia social e o tipo de apelo político que as atrai.

Começamos com a descoberta de que homens brancos com baixa escolaridade têm vivenciado um declínio em seu status social subjetivo nos últimos 30 anos. Isso significa que, nas democracias ocidentais, homens com baixo nível de instrução se veem em uma posição inferior dentro da hierarquia social em comparação a algumas décadas atrás. Cabe destacar que, em muitos casos, mulheres com baixo nível de escolaridade vivenciaram uma melhoria em seu status social.

Existem várias razões para pensar que esse declínio no status social de homens com baixo nível de instrução está relacionado tanto a transformações de ordem econômica quanto cultural. Após a mudança para a economia do conhecimento, o desaparecimento de empregos decentes para homens com baixa escolaridade gerou preocupação quanto ao status nesse grupo. Ao mesmo tempo, o contexto cultural passou por mudanças na direção de uma maior ênfase em igualdade de gênero, erodindo o status tradicionalmente ligado a noções de masculinidade. É provável que a combinação de tais processos tenha levado ao rebaixamento do status social subjetivo de homens com baixo nível de instrução.

Ainda, descobrimos que o status social mais baixo é um perfil com maior probabilidade de apoiar partidos radicais de extrema direita na Europa. Também concluímos que um status social inferior está associado à oposição à imigração e ao comércio internacional. Por quê? Primeiramente, eleitores com um status social médio-baixo tendem a retirar seu apoio a partidos *mainstream*, que tendem a ser culpados por tais preocupações de status. Em segundo lugar, porque a identidade nacional oferece uma fonte alternativa de status social: aqueles com um status social médio-baixo tendem a ser atraídos por apelos etnonacionalistas – os quais, por sua vez, caracterizam o discurso do populismo de direita.

Ao invés de considerar argumentos econômicos e culturais como explicações que competem entre si, estamos interessados em compreender como ambos os fatores interagem para moldar como as pessoas percebem sua posição na hierarquia social e o tipo de apelo político que as atrai.

Portanto, focar no status social é uma forma de ir além do debate "economia *versus* cultura" e considerar que esses dois fatores interagem ao moldarem o apoio ao populismo. Já que o status mais baixo é associado a um maior apoio ao populismo de direita, o declínio no status social de homens de baixo nível de instrução ao longo dos últimos 30 anos muito provavelmente contribuiu para o recente fortalecimento do apoio a partidos e causas populistas.

Voltando ao tema com o qual comecei este artigo, a ênfase no status social na compreensão das causas que estão na raiz do apoio ao populismo tem implicações para a trajetória da política populista nas democracias desenvolvidas. O sucesso dos partidos populistas depende de múltiplos fatores – os quais recorrentemente diferem de acordo com o país e contexto (por exemplo os temas dominantes em uma campanha eleitoral e o apelo de lideranças políticas específicas).

Em contraste, o declínio do status social de homens de baixa escolaridade já tem sido observado há alguns anos, e os efeitos políticos desse fenômeno devem persistir por um longo período, independentemente do desempenho eleitoral de candidatos populistas específicos.

❶ Ver: <<http://bit.ly/2sQHb8R>>.

❷ Ver: <<http://wapo.st/2tmeLkF>>.

❸ Disponível em: <<https://usat.ly/2sQDO1R>>.

❹ Ver: <<http://bit.ly/2mWmFQC>>.

❺ Ver: <<http://bit.ly/2tGYSVd>>.

❻ Ver: <<http://wapo.st/2tH8krV>>.

❼ Ver: Gidron, Noam; Hall, Peter A. *The Politics of Social Status: Economic and Cultural Roots of the Populist Right* (no prelo).



Noam Gidron

Pesquisador associado no Minda de Gunzburg Center for European Studies, Universidade de Harvard, e *fellow* no Niehaus Center for Globalization and Governance, Universidade de Princeton.
Website: <http://bit.ly/2rPjE3v>.

INTEGRAÇÃO

Pode a UE sobreviver ao populismo?.

Heather Grabbe, Stefan Lehne

No contexto da emergência de forças políticas populistas na Europa, os autores discutem os desafios enfrentados pela UE e apontam para estratégias que o bloco pode adotar a fim de adaptar suas instituições às transformações da política sem que, para isso, tenha que abrir mão de seus princípios constitutivos.

Atualmente, partidos populistas ocupam posições de poder em vários membros da União Europeia (UE), seja como governo majoritário ou parte de uma coalizão, e integrantes dessa força política respondem por cerca de 25% do Parlamento Europeu. Suas posições xenofóbicas têm efeitos muito negativos sobre as populações europeias, na medida em que contribuem para o aumento de tensões e encorajam ataques a minorias.

No entanto, sistemas democráticos nacionais parecem fortes o suficiente para sobreviver – exceto em países onde um partido é capaz de tomar o poder do Estado inteiro, como na Hungria. No restante da UE, ainda é expressivo o número de eleitores que acreditam nos valores liberais e na efetividade dos limites constitucionais. Nesse sentido, ainda há espaço para a reorganização e recuperação de votos por parte de forças não-populistas, bem como para a emergência de novos partidos e movimentos políticos.

Contudo, a UE pode sofrer grandes danos com a onda populista. Seu propósito – a integração europeia – é um projeto transnacional construído com base nos princípios aos quais os populistas mais se opõem: soberania compartilhada, autoridade supranacional, acordos entre diferentes interesses e tolerância mútua. A base dos valores da UE é liberal: dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Abrir mão desses princípios certamente levaria ao enfraquecimento da credibilidade da UE, tanto internamente quanto no exterior.

Por que o populismo ameaça projetos de integração regional como a UE

A UE está em meio ao fogo cruzado da luta entre nacionalistas e internacionalistas, populistas e liberais. As crises do euro e da migração aceleraram dramaticamente tendências já existentes de polarização e fragmentação. Partidos há muito estabelecidos estão desaparecendo. Movimentos anti-establishment têm ganhado apoio em vários países, como resultado de uma gama de fatores, muitos dos quais presentes em democracias fora da Europa².

Existe um lapso temporal entre a mudança política no nível nacional e no nível da UE. Novos partidos ganham projeção na UE somente depois de participarem das disputas políticas no âmbito do governo nacional. Por sua vez, grande parte desses partidos primeiramente estabelece uma base de apoio local ou regional, ou mesmo *online*. Como resultado, esses grupos podem ser muito influentes na definição de uma nova agenda na cena política nacional, mas são os partidos antigos que ainda representam seu país em Bruxelas. Esse lapso temporal tem um lado positivo: garante uma maior estabilidade em um período de turbulência nacional e protege as políticas e leis da UE do extremismo. Por outro lado, faz com que o bloco pareça estar defasado em relação aos tempos atuais.

Hoje, as transformações políticas apresentam três desafios principais à UE. Um deles diz respeito às disputas pelo poder entre o velho e o novo. A constelação de poder em Bruxelas ainda é aquela do antigo *establishment*, atraindo a raiva das novas forças.

O segundo desafio está relacionado ao funcionamento da UE. A rápida mudança torna mais difícil governar o bloco europeu, pois seu sistema político depende da cooperação transnacional e de um nível mínimo de estabilidade política. A UE trabalha por meio de negociações que levam a uma convergência de pontos de vista e à confiança entre os

O Reino Unido diante do *Brexit*

Escócia

Permanecer na UE: 62%
Deixar a UE: 38%

Inglaterra

Permanecer na UE: 46,8%
Deixar a UE: 53,2%

Irlanda do Norte

Permanecer na UE: 55,7%
Deixar a UE: 44,3%

País de Gales

Permanecer na UE: 48,3%
Deixar a UE: 51,7%

Fonte: *The Guardian* (2016)

participantes. Uma perturbação da política nacional – como a incapacidade de formar um governo – pode causar uma paralisia.

O terceiro desafio diz respeito ao papel simbólico da UE, o que ela significa. A oposição ideológica ao bloco vem de várias direções. Para movimentos anti-austeridade, Bruxelas é a executora de regras fiscais que sufocam os Estados de bem-estar social. Para aqueles que protestam contra a globalização, a UE é o agente de liberalização comercial e amigo das multinacionais. Para conservadores extremistas, o bloco defende os direitos de minorias ligadas a gênero e religião, em oposição à sua agenda de "valores tradicionais". Mesmo se conservadores consideram a UE como protetora daquilo que rejeitam para seus países, alguns desses movimentos encontrarão formas de fazer com que o sistema do bloco trabalhe para eles, pois os debates no nível da UE são pluralistas e a integração europeia pode contemplar mais objetivos em suas políticas públicas.

No entanto, o populismo coloca um desafio ideológico mais fundamental. Não raro o termo "populismo" é empregado de forma abusiva, e não com um propósito analítico. É importante defini-lo com cautela: a formulação encontrada com certa recorrência na academia entende "populismo" como uma ideologia que "considera que a sociedade está separada em dois grupos homogêneos e antagonistas fundamentais – 'as pessoas puras' em oposição à 'elite corrupta' – e que argumenta que a política deve ser uma expressão da '*volonté générale*' (vontade geral) das pessoas"³.

Essa ideologia é "frágil" porque não define uma visão ideal de sociedade ou de política. Nesse sentido, o populismo pode ser combinado a outras ideologias, sejam de direita ou esquerda. De todo modo, o populismo é essencialmente antiliberal, na medida em que rejeita o sistema liberal de freios e contrapesos; exige uma ligação mais direta das massas com as elites; e tem uma concepção monolítica e pré-determinada da "vontade do povo", que não dá margem para o pluralismo ou para a deliberação⁴.

O populismo é tão facilmente combinável com o euroceticismo porque se opõe à ideia de uma autoridade supranacional que ignore a "vontade popular". Movimentos tipicamente populistas apresentam lideranças carismáticas, que afirmam representar o "nós" (a maioria da população) contra "eles" (a elite) e se recusam a ceder a outros pontos de vista e interesses⁵.

Grande parte dessa força política não possui interesse em governar, já que seu apelo deriva de sua posição fora do sistema. Assim, tais movimentos carecem de incentivos para usar a representação na UE para avançar seus interesses – razão pela qual a maioria dos membros populistas do Parlamento Europeu não investe seus esforços na rotina do Parlamento e possui um impacto pouco expressivo nessa instância⁶.

Com frequência, os populistas possuem objetivos políticos vagos, uma vez que sua agenda está mais pautada em uma identidade, e não em causas específicas. Como resultado, essa força política não tem, de modo geral, interesse em utilizar o sistema da UE em defesa de

Essa ideologia é "frágil" porque não define uma visão ideal de sociedade ou de política. (...) Grande parte dessa força política não possui interesse em governar, já que seu apelo deriva de sua posição fora do sistema. Assim, tais movimentos carecem de incentivos para usar a representação na UE para avançar seus interesses

Votos recebidos por partidos nacionalistas em eleições recentes

Áustria
35,1%

Dinamarca
21%

Hungria
21%

Suíça
29%

Fonte: BBC (2016)

um objetivo específico – ao contrário de movimentos que avançam agendas ligadas ao meio ambiente, direitos dos animais, proteção de dados e liberdades digitais.

Se o populismo é uma “sombra projetada pela democracia”⁷, trata-se do lado mais sombrio da UE. Os grupos populistas manifestam oposição tanto aos objetivos do bloco quanto a seus procedimentos de trabalho. Ao mesmo tempo em que afirmam que a interdependência é perigosa e que a soberania nacional deve ser absoluta, apoiam as regras da maioria e rejeitam o pluralismo. Isso coloca os populistas em uma rota de colisão não apenas com o propósito da UE de construir projetos comuns, que aumentem a interdependência entre os países, mas também com as leis e normas do bloco voltadas à proteção de direitos e ao combate à discriminação. Além disso, a UE funciona na base da negociação, acordo e convergência de pontos de vista – tudo o que é repudiado pelos populistas.

Estratégias de sobrevivência da UE

Ostracismo e isolamento

Em um primeiro momento, os membros da UE buscaram lidar com a ameaça da direita populista recorrendo ao ostracismo. Mais especificamente, esse movimento foi empreendido em 2000, em relação à Áustria. Desde então, os partidos de extrema direita passaram a fazer parte do governo em vários membros da UE – Bélgica, Dinamarca, Finlândia e Grécia estão entre os casos mais emblemáticos. Diante desse quadro, tratar o populismo como um tabu deixou de ser possível.

Ao invés de tentar isolar os partidos que atacam valores perseguidos pelo bloco, a UE deveria buscar um consenso nas sociedades europeias em torno da tolerância, dos direitos e do pluralismo. Pesquisas recentes sugerem que os europeus não se tornaram significativamente mais antiliberais ou xenofóbicos nos últimos anos. A atração exercida pelos partidos populistas se dá por várias razões. Muitos não compartilham posições racistas, mas sim temores relacionados à precariedade econômica e ao Estado de bem-estar social⁸. A resistência ao populismo pode ser melhor alimentada pela defesa dos valores e pela abertura.

Estratégias de isolamento podem ter efeitos adversos e dão legitimidade à alegação populista de que o *establishment* prefere proteger a si mesmo ao invés de ouvir os eleitores. A melhor estratégia é fortalecer o consenso em torno de valores centrais e desenvolver métodos mais eficazes para responder a violações desses valores.

Desafiar práticas não-democráticas

A UE é um projeto ancorado em valores e dotado de um conteúdo econômico. A Comissão é a guardiã dos tratados do bloco, os quais reafirmam os valores da UE e a Carta de Direitos Fundamentais. A União dispõe de vários mecanismos oficiais que podem desafiar práticas de seus membros que ameaçam violar os valores ou as leis da UE. Todavia, o êxito no uso de tais mecanismos é ambíguo. Não raro os governos alteram suas legislações problemáticas com o objetivo de alinhá-la às regras da UE, mas alguns têm resistido fortemente a esse processo de ajuste, levando a Comissão a recuar para evitar um confronto político.

Estratégias de isolamento podem ter efeitos adversos e dão legitimidade à alegação populista de que o establishment prefere proteger a si mesmo ao invés de ouvir os eleitores. A melhor estratégia é fortalecer o consenso em torno de valores centrais e desenvolver métodos mais eficazes para responder a violações desses valores.

Desempenho da Frente Nacional nas eleições presidenciais francesas

2002

16,8%

2007

10,4%

2012

17,9%

2017

21,7%

Fonte: Ministério do Interior da França (2017)

Em um momento de desafios crescentes aos valores democráticos e ao Estado de direito, os membros da UE precisam apoiar a Comissão para preservá-los.

Converter o recém-chegado

O sistema de tomada de decisões da UE apoia-se no engajamento intensivo de vários atores políticos, em diferentes níveis de governo. Isso cria um poderoso efeito de socialização, à medida que recém-chegados aprendem a usar o sistema para atingir seus objetivos. Gradualmente, *outsiders* tornam-se *insiders*, ganhando espaço dentro do sistema. Por exemplo, o início da trajetória dos Verdes foi marcado por fortes críticas à UE, mas se transformaram em um dos partidos mais favoráveis à integração após compreenderem o valor dessa estrutura transnacional para alcançar seus objetivos ambientais.

Esse ajuste também poderia ocorrer para movimentos emergentes com objetivos políticos como combate à corrupção e um Estado de direito mais confiável, bem como para partidos dotados de uma agenda anti-austeridade. Todavia, é impossível converter partidos liderados por grupos fascistas e xenofóbicos, que se opõem a normas consolidadas no âmbito da UE no que diz respeito a liberalismo, tolerância e multiculturalismo.

Da mesma forma, é improvável que o bloco assimile partidos que atraem eleitores com base no repúdio à interdependência ou a qualquer forma de soberania compartilhada. Tais posições podem ser encontradas em grupos nativistas da extrema direita e naqueles que fazem campanha antiglobalização na extrema esquerda.

A UE precisa evitar dar a impressão de que representa apenas a antiga ordem política. O bloco deve lutar para integrar novos atores tão logo assumam responsabilidades governamentais, bem como para engajar forças políticas em seus debates desde o início.

Adaptar as prioridades à nova realidade

A UE deve reconstruir o apoio público ao lidar com temas que estão na raiz da insatisfação de determinados setores da sociedade. Muitas pessoas percebem a UE como um agente a serviço das grandes empresas. A desigualdade e a injustiça social estão alimentando a frustração de muitos eleitores europeus, especialmente quando veem elites se beneficiando de brechas na arrecadação de impostos e no mau uso do dinheiro público.

Cabe ressaltar, entretanto, que a integração europeia também possui uma dimensão social que estabelece proteções importantes para trabalhadores e defesa contra a discriminação. Além disso, o bloco começou a desenhar ferramentas de combate à corrupção e à evasão fiscal.

Ao fortalecer essas áreas políticas, a UE pode mostrar que serve a algo mais amplo do que aos interesses das elites econômicas.

Deixar o povo entrar

O atual sistema de tomada de decisões da UE não é apropriado para responder à crescente demanda por processos mais participativos porque está se tornando mais intergovernamental. Os mecanismos definidos para oferecer pontos de acesso para indivíduos e para a sociedade civil, como o direito de petição e a Iniciativa do Cidadão Europeu, são demasiado frágeis ou trabalhosos para terem um impacto significativo. Nesse contexto, as novas tecnologias e redes sociais têm um imenso potencial para fazer da criação de políticas da UE um processo mais transparente e interativo.

A União deve utilizar novos métodos de comunicação para criar mecanismos de deliberação e engajamento baseados na Internet, de modo a incluir uma gama de vozes mais ampla⁹. Se os cidadãos entenderem melhor os processos da UE e sentirem que são ouvidos, será menos tentador recorrer ao referendo como um freio de emergência no processo de integração.

Considerações finais

A democracia nacional é capaz de resistir à ameaça que o populismo coloca à saúde da UE. A política nacional pode sofrer temporariamente com o populismo, mas o quadro da UE é mais preocupante. Para tornar o sistema da União imune a turbulências como essa, é preciso que o bloco seja mais resiliente em torno de seus valores centrais e mais flexível para se adaptar às mudanças políticas em torno de temas não-centrais.

Os Estados podem mudar seu direcionamento ideológico, mas a UE não. Por sua natureza, trata-se de um projeto democrático liberal. Se abandonar seus valores centrais, a UE perde sua razão de ser. Contudo, o bloco pode e deve encontrar maneiras de se adaptar a novas formas de fazer política. A política no nível da UE precisa se engajar com todos os partidos que combatem o racismo e apoiam o princípio da integração, mesmo se forem críticos em relação às políticas e instituições da UE. O bloco também precisa levar a sério as queixas legítimas vocalizadas por partidos anti-*establishment*. A questão central para o futuro é como proteger os sucessos da integração transnacional ao mesmo tempo em que os métodos de trabalho e comunicação são adaptados às novas políticas na Europa.

- ❶ Este artigo é uma versão mais concisa de outro trabalho, publicado pelos autores na Carnegie Europe, em 14 de junho de 2016.
- ❷ Ver: Tormey, Simon. *The End of Representative Politics*. Cambridge: Polity, 2015.
- ❸ Ver: Mudde, Cas. The Populist Zeitgeist. In: *Government and Opposition*, Vol. 39, No. 4, 2004, p. 542.
- ❹ Ver: Kriesi, Hanspeter; Pappas, Takis S. (eds.). *European Populism in the Shadow of the Great Recession*. Colchester: ECPR, 2015, p. 4.
- ❺ Ver: Wodak, Ruth. *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*. Londres: Sage, 2015.
- ❻ Ver: Grabbe, Heather; Groot, Nadja. Populism in the European Parliament: what implications for the open society? In: *The International Spectator*, Vol. 49, No. 4, 2014, pp. 33-46.
- ❼ Ver: Canovan, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. In: *Political Studies*, Vol. 47, No.1, 1999, p. 3.
- ❽ Ver: Fieschi, Catherine et al. *Recapturing the Reluctant Radical*. Londres: Counterpoint, 2013.
- ❾ Ver: Grabbe, Heather; Lehne, Stefan. *Emotional Intelligence for EU Democracy*. Bruxelas: Carnegie Europe, 2014.



Heather Grabbe

Diretora do Instituto de Política Europeia da Open Society (Bruxelas, Bélgica).



Stefan Lehne

Pesquisador visitante na Carnegie Europe (Bruxelas, Bélgica).

MUDANÇA CLIMÁTICA

Ação climática subnacional na era do populismo: o que o mundo pode aprender com o Canadá

Andrew Aziz

Este artigo mostra como as províncias e municípios do Canadá lograram avançar na agenda climática mesmo dentro de condições pouco favoráveis. À luz dessa análise, o autor discute algumas perspectivas para avanços em políticas climáticas no contexto da retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris.

Em novembro de 2015, o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau declarou, durante a reunião Climática de Paris¹: "o Canadá está de volta, meus amigos". A frase viralizou nas redes sociais, enquanto canadenses progressistas respiravam aliviados, após nove anos de liderança conservadora e paralisia na agenda climática durante a administração de Stephen Harper.

Como canadense e frequentador assíduo das reuniões de negociação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), posso dizer que a mudança foi notável. Por anos, colegas e amigos de outros países perguntavam: "Estamos progredindo esta semana, mas por que o Canadá está bloqueando a agenda? Eu pensei que vocês fossem os mocinhos!".

De repente, o país retomou seu engajamento nas negociações climáticas, passou a financiar iniciativas de energia renovável² e mudou a nomenclatura do departamento federal de meio ambiente de "Canadá Meio Ambiente" para "Canadá Meio Ambiente e Mudança Climática". Naturalmente, alguns hesitavam e queriam saber se essa era apenas uma boa campanha de relações públicas ou um compromisso real. Embora as coisas realmente pareçam funcionar no Canadá, com a atual onda de populismo em boa parte do mundo, cabe analisar os rumos que o país tomou nesses nove anos.

Ainda que seja bastante centrista para os padrões canadenses, Stephen Harper não é o tipo de demagogo populista que temos visto obter apoio em vários países ultimamente. Contudo, a doutrina conservadora moderna tende a ser atraída pela ideia de que é preciso ser cético quanto à ação climática. Essa polarização partidária em relação à mudança climática é algo que muitos na comunidade climática estão tentando eliminar – e há progressos nessa direção em alguns círculos.

Diferentemente do que se acreditava, está cada vez mais claro que o tema da mudança climática não tem forte influência sobre eleitores populistas. Na corrida eleitoral pela Presidência dos Estados Unidos, em 2016, pensava-se que Donald Trump traduziria parte de sua promessa de campanha em um referendo sobre mudança do clima. Das ameaças – e decisão – de retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris até o tweet em que afirmava que a mudança climática era um conceito "criado por e para os chineses para tornar a indústria dos Estados Unidos não-competitiva"³, Trump enquadrava a ação climática como um obstáculo ao avanço econômico. Em algum ponto, os estrategistas republicanos devem ter calculado que o tema da mudança climática não faria com que vencessem as eleições. De fato, o assunto mal foi mencionado nas etapas finais da campanha.

No entanto, os primeiros seis meses de governo Trump não deixaram de tratar da mudança climática como um problema. A nomeação de Scott Pruitt, um dos grandes críticos da mudança do clima⁴, como diretor da Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês) não deixa dúvidas sobre o que Trump pensa a respeito do clima e, em termos mais gerais, do meio ambiente. Se Trump parecia estar suavizando sua posição quanto ao Acordo de Paris, o recente anúncio de que os Estados Unidos se retirariam do referido Acordo tornou clara a sua intenção de cumprir a promessa de campanha. Mas como a decisão provocou uma reação expressiva por parte da opinião pública e de uma gama de empresas como

Emissões per capita de carbono em 2015 (em toneladas)

Alemanha

9,6

Brasil

2,3

Canadá

15,5

China

7,7

Estados Unidos

16,1

Índia

1,9

Fonte: Comissão Europeia (2017)

Goldman Sachs, General Electric e até gigantes do petróleo, como ExxonMobil e Chevron⁵, não está claro a quem Trump está tentando agradar.

O Canadá viveu problemas parecidos sob o governo Harper e conseguiu manter um forte apoio de base para lidar com a mudança climática – ainda que isso não tivesse visibilidade na política global. Logo após tomar posse, Harper usou a linguagem da diplomacia sobre mudança do clima, chegando a fazer referência ao fenômeno como “talvez a maior ameaça que o futuro da humanidade enfrenta hoje” e até a pedir por menos conversa e mais ação⁶.

Palavras tão fortes gradualmente desapareceram e foram substituídas por um notável silêncio no alto nível, por uma manobra estratégica para silenciar cientistas e pesquisadores trabalhando para o governo e pela indicação de pessoas-chave para bloquear avanços em matéria de mudança climática. Talvez o exemplo mais emblemático desse movimento tenha sido a nomeação de Joe Oliver para o Ministério dos Recursos Naturais. Em uma de suas entrevistas⁷, Oliver declarou que “os cientistas recentemente nos disseram que nossos temores [sobre mudança climática] são exagerados” e que grupos que se opõem à indústria de areias betuminosas do Canadá – frequentemente criticada – são radicais financiados pelo exterior⁸.

Soa familiar?

Quase sem oportunidades de influenciar a política climática no âmbito federal e com poucas fontes de financiamento para realizar pesquisas, muitas organizações não-governamentais (ONGs) fecharam em Ottawa. “Estes são tempos sombrios”, comentou para mim um pesquisador de Ottawa durante a 17ª Conferência das Partes (COP 17, sigla em inglês), realizada em Durban (África do Sul), em 2011.

Mas a luta pela ação climática no Canadá não terminou diante dessas condições hostis; ela simplesmente mudou de lugar. *Think tanks* e ONGs intensificaram seus esforços para influenciar governos provinciais e municipais a adotar políticas públicas que pudessem garantir que as emissões de gases do efeito estufa seriam controladas – apesar das políticas federais.

As ações de províncias canadenses durante esses “dias sombrios” foram notáveis. Com muito empenho, ONGs, grupos aborígenes e outras organizações da sociedade civil conseguiram criar a base para um ambicioso Plano de Liderança Climática em Alberta, lar das areias betuminosas canadenses. Tais esforços cimentaram as condições para a aprovação, no governo Trudeau, do histórico Quadro Pan-Canadense sobre Crescimento Limpo e Mudança Climática – uma agenda ambiciosa que inclui o requerimento para que todas as províncias canadenses implementem um mecanismo de precificação do carbono.

Logicamente, o Canadá não foi o primeiro a alavancar governos subnacionais pela ação climática. Talvez os exemplos mais conhecidos sejam os casos dos estados do Arizona, Califórnia, Novo México, Oregon e Washington, nos Estados Unidos. Mesmo dentro de condições pouco favoráveis, durante a administração de George W. Bush, esses estados buscaram avançar nessa seara por meio da criação da Iniciativa Climática Ocidental.

Desde então, todos os estados – exceto a Califórnia – abandonaram a Iniciativa. Nos últimos anos, entretanto, várias províncias canadenses juntaram-se ao projeto, e houve uma mudança fundamental na maneira como a economia da mudança climática é compreendida. E essa mudança pode alterar completamente o quadro da mudança climática.

A energia renovável está não apenas gerando empregos, mas também está se tornando cada vez mais acessível. A mudança nessa direção tem ganhado novo impulso a cada semana. Os setores de energia renovável estão expandindo rapidamente em jurisdições previamente conhecidas por sua produção de petróleo e gás – por exemplo, a província de Alberta no Canadá e o estado do Texas, nos Estados Unidos.

Enquanto isso, Trump tem vociferado para revigorar o setor de carvão – que responde por parcela expressiva da poluição do ar e contribui para a mudança climática –, o que pode constituir uma resposta às preocupações de trabalhadores desempregados no referido setor. Cabe ressaltar, entretanto, que essa indústria tem enfrentado dificuldades para gerar lucro. Esse quadro pode fazer com que as atenções se voltem para uma transição que utilize fontes de energia mais sustentáveis, ao mesmo tempo em que se busquem maneiras de aumentar o nível de emprego em comunidades mineradoras de carvão.

Aqueles que têm trabalhado para avançar na ação climática em países onde os governos são hostis ao tema devem olhar para o progresso observado no Canadá em termos de criação de empregos e acessibilidade econômica no setor de energias renováveis. O exemplo do Canadá nos ajuda a compreender que um plano climático federal funciona melhor quando construído sobre uma base de apoio subnacional.

A colaboração transregional e transnacional será crucial para avançar para o próximo estágio climático no planeta. Alianças como aquelas entre as províncias canadenses e a Califórnia em matéria de precificação do carbono são ideais, já que são capazes de fazer com que haja convergência nas ambições e de encorajar as jurisdições a progredir.

Já estamos vendo sucesso nesse frente nas repercussões do anúncio de Trump sobre o Acordo de Paris. Isso pode ser particularmente importante na Europa, onde eventuais retiradas da União Europeia (UE) podem levar ao questionamento do Esquema de Comércio de Emissões (ETS, sigla em inglês).

No cenário internacional, a próxima reunião do G20, em Hamburgo (Alemanha), em julho, pode enviar um sinal poderoso de que as principais economias do mundo permanecem comprometidas em lidar com o desafio climático. Representando cerca de 80% das emissões de carbono relacionadas à energia⁹ e cerca de 75% do comércio internacional¹⁰, uma colaboração entre os membros do G20 nessa seara seria muito importante para ajudar a garantir um futuro de energia limpa para o mundo.

① Disponível em: <<http://bit.ly/2stN1dD>>.

② Ver: <<http://bit.ly/2rOfp3l>>.

③ Disponível em: <<http://bit.ly/1PAyGiv>>.

④ Ver: <<http://theatlantic.com/2mGqEBb>>.

⑤ Ver: <<http://bit.ly/2rxFIU5>>.

⑥ Disponível em: <<http://bit.ly/2rx7wFe>>.

⑦ Ver: <<http://bit.ly/2tGXbaf>>.

⑧ Ver: <<http://bit.ly/1GEkli5>>.

⑨ Disponível em: <<http://bit.ly/2stTMw2>>.

⑩ Disponível em: <<http://bit.ly/2rYfTwX>>.



Andrew Aziz

Diretor de Comunicação do Pembina Institute, um *think tank* de energia limpa com base em Calgary (Canadá).

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Comércio internacional no século XXI: alternativas para o Brasil

Carlos A. Primo Braga

A ideia de que a globalização teria atingido seu limite tem sido amplamente discutida nos últimos anos. Diante desse contexto, o autor analisa as políticas econômicas que têm afetado a globalização e as alternativas para o Brasil.

A proposição de que o processo de globalização teria atingido seus limites tem atraído bastante atenção nos últimos anos¹. O fraco desempenho do comércio internacional e as dificuldades da agenda de liberalização comercial tanto a nível multilateral quanto no âmbito de acordos preferenciais são frequentemente mencionados nesse contexto.

Este artigo discute as políticas econômicas que vêm afetando o processo de globalização e as alternativas para o Brasil diante desse cenário.

O movimento antiglobalização

O início do século XXI foi marcado por expectativas positivas com relação ao futuro da integração econômica internacional. Em novembro de 2001, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou uma rodada de negociações multilaterais em Doha, e a China teve o seu processo de acesso à OMC finalizado. A proliferação de acordos preferenciais continuava a todo vapor, ampliando a proporção dos fluxos comerciais em condições preferenciais. Ao final de 2015, cerca de 265 acordos preferenciais haviam sido notificados à OMC. Além disso, a experiência mais ambiciosa de integração econômica do pós-guerra – a União Europeia (UE) – vinha ampliando a sua área de influência com a adesão de 10 novos membros em 2004 (e outros 3 entre 2007 e 2013).

A partir de 2008, no entanto, políticas protecionistas começaram a ser adotadas em meio à crise financeira global. Entre 2008 e 2016, cerca de 800 medidas discriminatórias foram introduzidas por países do G20. A Rodada Doha, o principal esforço global de liberalização do comércio, chegou a um impasse, e vários países (entre eles, os Estados Unidos) declararam a sua “morte”. Contudo, os sinais mais evidentes da desaceleração da globalização podem ser observados no contexto do crescimento anêmico do comércio de mercadorias. Esses fluxos, que vinham crescendo, em média, de 5 a 7% ao ano nas décadas anteriores, passaram a crescer menos de 3% ao ano no período 2013-2016. A taxa de crescimento foi de apenas 1,3% em 2016, e a expectativa para 2017 é de que o comércio internacional continuará a crescer abaixo da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial – que, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve atingir 3,5%.

Essa desaceleração é tipicamente explicada em função do crescimento limitado da economia mundial, do aumento de intervenções protecionistas e da crescente maturidade das cadeias de valor-adicionado – e, por conseguinte, do menor dinamismo do comércio de produtos intermediários. Cabe ressaltar, entretanto, que a incerteza crescente sobre os rumos da política econômica nos países do G20 também tem contribuído para essa desaceleração do comércio.

A insegurança econômica aumenta o apelo de mensagens populistas. Essas mensagens tendem a identificar fatores externos como a causa de problemas domésticos. Imigrantes, comércio internacional, multinacionais e suas decisões de investimento são frequentemente criticados nesse contexto. Políticas antiglobalização na forma de medidas protecionistas e restrições à imigração são apresentadas em um pacote que tem como pilares o nacionalismo (a percepção de que os valores nacionais e práticas são melhores do

Estimativa de crescimento do comércio internacional

2017:

entre 1,8% e 3,6%

2018:

entre 2,1% e 4%

Fonte: OMC (2017)

que aqueles de outros países) e o etnocentrismo (sentimento de superioridade em termos raciais, religiosos e étnicos *vis-à-vis* o resto do mundo).

A onda populista na Europa em 2016, evidenciada por *Brexit* e pela ascensão de políticos nacionalistas como Geert Wilders na Holanda e Marine Le Pen na França, com suas mensagens xenófobas e antiglobalização, bem como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, geraram a percepção de que essa onda estaria constituindo um tsunami que poderia contribuir de forma significativa para reverter a globalização.

No caso dos Estados Unidos, a decisão da administração Trump de retirar o país da Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), bem como o anúncio da renegociação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), ilustram essa tendência. A TPP liberalizaria as relações de comércio e investimento entre 12 nações do Pacífico e tinha os Estados Unidos como um dos principais defensores do processo. A saída dos Estados Unidos do acordo não surpreendeu, já que Donald Trump havia anunciado tal intenção em sua campanha eleitoral. De todo modo, a credibilidade dos Estados Unidos e a sua liderança geopolítica na Ásia foram afetadas por essa decisão, uma vez que a TPP era um elemento central da estratégia para a região anunciada pela administração Obama, em 2011.

Outros sinais desse novo posicionamento estadunidense têm surgido com frequência em encontros internacionais. Os Estados Unidos, por exemplo, vetaram a linguagem convencional sobre a importância de resistir ao protecionismo no comunicado do último encontro de ministros da Fazenda do G20, realizado na Alemanha – uma atitude inusitada para uma nação que tradicionalmente foi a campeã do sistema liberal de comércio. Em contraste, o comunicado do G7, de 27 de maio, reafirma a importância de combater o protecionismo. Além disso, a vitória de Emmanuel Macron no segundo turno das eleições presidenciais francesas, em 7 de maio, qualifica a ameaça populista. Seria um equívoco, entretanto, concluir que o tsunami populista está se transformando em uma marola sem maiores consequências.

Uma questão relevante nesse contexto é: quais são as alternativas para países em desenvolvimento em termos de política comercial dadas as tendências protecionistas observadas no mundo desenvolvido? Uma análise dessa questão é apresentada a seguir com ênfase no caso brasileiro.

As opções para o Brasil

Uma característica marcante da economia brasileira é seu grau de fechamento: uma herança da estratégia de industrialização por substituição de importações. Os limites do modelo em questão ficaram evidentes nos anos 1980, em meio a desequilíbrios macroeconômicos e a crise da dívida externa. Um esforço de liberalização comercial foi implementado nos anos 1990.

No novo milênio, entretanto, o superciclo de *commodities*, alimentado pela expansão acelerada da economia chinesa, facilitou o retorno de uma estratégia intervencionista, na medida em que o viés antiexportador do protecionismo era mascarado pelo impacto positivo da elevação dos termos de troca das exportações brasileiras. Com a crise financeira global – e, mais recentemente, com a desaceleração da economia chinesa –, as condições externas começaram a deteriorar.

A economia brasileira é a mais fechada entre as economias do G20, como ilustrado pela relação entre comércio internacional (exportações, somadas às importações) e PIB. No período 2009-2015, esse coeficiente foi em média de 24%, posicionando o Brasil na 2ª posição entre as economias mais "fechadas" do mundo (superado apenas por Myanmar), entre os países incluídos no banco de dados do Banco Mundial⁹.

Uma explicação usual para o baixo envolvimento do Brasil no comércio internacional é articulada em termos do tamanho da economia brasileira. Tal argumento, porém, não se sustenta: a média para 176 países do coeficiente de comércio era de 96% (dados de 2013);

Variação do PIB do Brasil

2016

-3,6%

2015

-3,7%

2014

0,5%

2013

3%

Fonte: IBGE (2017)

e mesmo para as seis maiores economias do mundo a média era de 55%. A explicação, na realidade, está associada com uma política protecionista que tradicionalmente utilizou barreiras tarifárias e não-tarifárias para proteger a economia brasileira. Além disso, desde a eclosão da crise financeira global, o Brasil vem sendo um dos países mais ativos em termos de adoção de medidas discriminatórias.

Como consequência dessa estratégia comercial, o Brasil aparece na 25ª posição quer como exportador ou como importador de mercadorias, embora seja a 9ª maior economia mundial. O viés antiexportador da política comercial brasileira é traduzido na sobrevalorização do Real, afetando significativamente a competitividade das empresas brasileiras. Não surpreende, portanto, o fato de que a evolução da produtividade fatorial total (PFT) da economia brasileira no período 2010-2014 ter sido negativa: uma contração de cerca de -0,815 % ao ano³.

É bem verdade que a queda da PFT nos últimos anos não se restringe ao Brasil: trata-se de um fenômeno generalizado, que vem afetando tanto países industrializados quanto economias emergentes após 2008. A crescente incerteza econômica e política nos últimos anos tem desestimulado investimentos em projetos de maior risco, ao mesmo tempo em que o desemprego gerou perdas de capital humano, afetando o crescimento da produtividade global. No caso brasileiro, porém, esse não é um fenômeno conjuntural, na medida em que uma trajetória medíocre de evolução da produtividade pode ser identificada desde os anos 1980⁴.

Em síntese, a estratégia de desenvolvimento do país privilegiou atividades voltadas para o mercado doméstico, impactando a absorção de novas tecnologias e os incentivos aos investimentos em inovação. Uma recuperação dos níveis de produtividade da economia, independentemente do cenário internacional, requer uma revisão da política comercial brasileira.

É importante reconhecer que uma política de liberalização comercial não seria uma panaceia para os problemas identificados anteriormente. Em primeiro lugar, cabe assinalar que a liberalização comercial teria efeitos distintos a nível microeconômico. Firms que se encontram próximas da fronteira tecnológica teriam incentivos para investir em inovação e em esforços para aumento de produtividade. Em contrapartida, firmas que estão distantes da fronteira (e que sobreviviam devido à proteção associada com as políticas comercial e industrial do país) terão dificuldades para sobreviver dependendo das dimensões do choque competitivo. A realocação de recursos em economias marcadas por grande dispersão setorial de níveis de produtividade pode ser perversa em uma fase inicial.

Tais considerações sugerem que uma estratégia radical de liberalização (por exemplo, à la Chile) enfrentaria uma oposição significativa dos incumbentes (empresas protegidas, associações empresariais, sindicatos e trabalhadores). Em outras palavras, a economia política não é favorável a uma estratégia agressiva de liberalização comercial. Ao mesmo tempo, manter o *status quo* condenará o país a uma participação medíocre no comércio internacional e tornará ainda mais difícil a recuperação da produtividade na economia brasileira. Nesse contexto, uma reforma gradual das políticas comercial e industrial deveria ser explorada com ênfase nos seguintes pontos⁵:

- liberalização tarifária com cronograma de implementação pré-anunciado, com foco na proteção de bens de produção (insumos intermediários e bens de capital). O objetivo seria diminuir significativamente a taxa efetiva de proteção;
- revisão de políticas de conteúdo local;
- liberalização do mercado de trabalho, favorecendo a mobilidade internacional de mão-de-obra qualificada;
- desburocratização alfandegária (implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC);

- renegociação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – reforma da tarifa externa comum (TEC) com um cronograma efetivo de eliminação de exceções, ou mesmo o abandono da TEC, acompanhado de um cronograma realista para se alcançar uma área de livre comércio; e
- engajamento com outros parceiros comerciais (como México, Reino Unido, União Europeia, Associação Europeia de Livre Comércio e outros países da América Latina) em negociações de áreas de livre comércio. O Brasil correntemente está engajado em apenas cinco acordos preferenciais de comércio, enquanto países como o Chile (27) e México (15) têm explorado essa opção de forma bem mais agressiva.

Considerações finais

O governo brasileiro enfrenta uma série de desafios econômicos e políticos na atualidade. Não restam dúvidas de que a recuperação fiscal e o progresso no combate à corrupção são prioridades para garantir a governabilidade do país. Contudo, é importante que uma visão de longo prazo seja também desenvolvida, com vistas a aprofundar o debate sobre o modelo futuro de desenvolvimento do país.

Como já foi mencionado, as reformas sugeridas neste artigo não oferecem uma solução milagrosa para a crise brasileira. A ênfase na importância de um “choque” de produtividade, no entanto, é apropriada caso o objetivo seja reativar o potencial de crescimento da economia brasileira. O momento internacional não é favorável à adoção de tal estratégia, mas a realidade é que postergar tais medidas apenas contribuirá para prolongar a crise brasileira. Em síntese, o processo de globalização da economia mundial pode estar arrefecendo, mas para o Brasil uma estratégia de internacionalização da economia ainda oferece oportunidades significativas.

- 1 Ver, por exemplo: Braga, Carlos A. Primo. World trade: Have we reached peak globalization? In: *IMD Tomorrow's Challenges*, 2015.
- 2 Ver, por exemplo: Canuto, Otaviano; Fleischhaker, Cornelius; Schellekens, Philip. The Curious Case of Brazil's Closedness to Trade. In: *Policy Research Working Paper* No. 7228. Washington, DC: Banco Mundial, 2015.
- 3 A PFT reflete a eficiência com que uma economia utiliza os seus fatores de produção de uma forma agregada na geração de produtos. Frischtak, Mourão e Noronha apresentam dados sobre a evolução da PFT para o Brasil no período 1950-2014. Ver: Frischtak, Claudio R.; Mourão, João; Noronha, Julia. *Reforma ou Estagnação: por uma nova política industrial*. Trabalho apresentado no XXIX Fórum Nacional, 2017.
- 4 Para uma avaliação do impacto de diferentes estratégias de desenvolvimento sobre a produtividade, ver, por exemplo: Chandra, V.; Osorio-Rodarte, I.; Braga, Carlos A. Korea and the BICs: catching-up experiences. In: Chandra et al. (eds.). *Innovation and Growth: Chasing a Moving Frontier*. Paris: OCDE e Banco Mundial, 2009.
- 5 Para mais detalhes, ver: Braga, Carlos A. Primo. Brazil: Why So Gloomy? In: *IMD Tomorrow's Challenges*, 2014.



Carlos A. Primo Braga
Professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

COOPERAÇÃO REGULATÓRIA

A cooperação regulatória por meio do diálogo comercial entre Brasil e Estados Unidos

Roberto Kanitz, Stefanie Tomé Schmitt

Neste artigo, os autores discutem o aprofundamento da agenda do Diálogo Comercial MDIC-DoC em matéria de coerência e convergência regulatória e analisam o potencial de tal mecanismo na alavancagem de novos mercados nesses dois países, bem como na solução de barreiras não tarifárias.

Em novembro de 2016, o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Neto, declarou: "com os Estados Unidos, que é hoje o principal destino de exportações de manufaturados brasileiros, a tarifa média é baixa, cerca de 3%. Por isso, estamos discutindo uma agenda de convergência regulatória e facilitação de comércio com o objetivo de reduzir entraves ao comércio bilateral".

Proferida por ocasião da apresentação das estratégias para ampliar as exportações brasileiras, a declaração ilustra a nova realidade na pauta de negociações bilaterais com os Estados Unidos, mas também com outros parceiros comerciais.

Diante da inexistência de um acordo comercial amplo entre Brasil e Estados Unidos, o adensamento da integração econômica entre os dois países resultou no desenvolvimento de iniciativas de acesso a mercados, por meio de temáticas não tradicionais de comércio internacional – como a promoção da convergência e coerência regulatória.

Atualmente, em um cenário internacional no qual as tarifas, em média, já se apresentam reduzidas, a opção parece acertada. As barreiras regulatórias ou não tarifárias figuram como grandes entraves ao fluxo de bens, podendo ser até mais relevantes do que a liberalização tarifária.

A agenda regulatória com os Estados Unidos permitiu a obtenção de resultados tangíveis, que facilitaram o comércio bilateral. Mais do que isso, apareceu alinhada à pauta internacional, que já conferiu importância à questão regulatória nos últimos anos. Parte desse esforço está consolidado em textos comerciais em negociação ou já assinados, tais como a Parceria Transpacífica (TPP, sigla em inglês), a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, sigla em inglês) e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês).

O reconhecimento da importância dessas iniciativas de convergência e coerência regulatória no Brasil levou à criação do Diálogo Comercial do MDIC com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DoC, sigla em inglês). O êxito da iniciativa fez com que seu formato fosse replicado para outros importantes parceiros comerciais do Brasil, como Argentina e União Europeia (UE).

Os resultados dessa experiência entre Brasil e Estados Unidos são tratados neste artigo, que apresenta o Diálogo Comercial e aborda a cooperação bilateral por meio das temáticas da convergência e coerência regulatória.

O Diálogo Comercial MDIC-DoC

O Diálogo Comercial entre Brasil e Estados Unidos foi estabelecido em 2006, entre o MDIC e o DoC, como um mecanismo de diálogo bilateral voltado para o aumento do fluxo comercial entre os países. A cooperação entre as autoridades seria facilitada por seu papel na interlocução com os respectivos setores privados. A eles, caberia contribuir para a implementação de uma agenda bilateral de trabalho objetiva, capaz de produzir resultados comerciais no curto prazo.

Exportações brasileiras para os Estados Unidos (2016)**US\$ 23,2 bilhões**

Fonte: MDIC (2017)

Em 2008, o Diálogo Comercial foi relançado, com a previsão da realização de duas reuniões anuais – uma no Brasil, outra nos Estados Unidos. Além disso, foi estabelecido que seriam priorizadas quatro grandes áreas de trabalho: i) propriedade intelectual; ii) standardização; iii) facilitação do comércio; e iv) serviços.

Nos anos subsequentes, a agenda de trabalho do Diálogo Comercial foi progressivamente ampliada e a cooperação entre MDIC e DoC começou a ser reconhecida por seus impactos positivos sobre o comércio. Nesse mecanismo, a identificação de entraves pontuais ao comércio bilateral é transformada em uma agenda de trabalho, com resultados tangíveis. Entre as questões endereçadas pelo Diálogo Comercial estão:

- i) *standards*: estabelecimento de cooperação para o desenvolvimento da área de biocombustíveis para aviação por meio da troca de informações sobre padrões entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e da Sociedade Americana de Testes e Materiais (ASTM, sigla em inglês);
- ii) propriedade intelectual: assinatura de acordo, em 2015, entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO, sigla em inglês) para a cooperação no exame de patentes;
- iii) estatísticas de comércio exterior: harmonização de dados a partir de 2012;
- iv) educação: desenvolvimento de iniciativas para aumentar o número de estudantes brasileiros que realizam intercâmbio acadêmico nos Estados Unidos, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras;
- v) facilitação do comércio: assinatura, em 2015, do Memorando Bilateral sobre o tema, no qual são estabelecidas linhas de ação para a cooperação entre os países; e
- vi) cooperação regulatória: assinatura de Memorandos de Intenções e desenvolvimento de iniciativas tanto em matéria de convergência quanto de coerência.

Convergência regulatória

Como mencionado, as iniciativas de convergência regulatória no âmbito do Diálogo Comercial estão inseridas na estratégia do MDIC de ampliar a inserção do Brasil no comércio internacional, principalmente mediante a remoção e redução de barreiras não-tarifárias à margem dos acordos comerciais.

Os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, sobre os quais é aplicada, em média, uma tarifa baixa. No entanto, existem divergências regulatórias entre os países, que implicam a adaptação de produtos a regulamentos nacionais. Na maior parte dos casos, tais ajustes estão em conformidade com as disposições do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, sigla em inglês) e do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo assim, a adaptação de produtos resultante de divergências regulatórias dificulta o fluxo de comércio entre os países.

Com base nesse diagnóstico e no interesse dos Estados Unidos de reduzir, eliminar e prevenir a vigência de diferenças desnecessárias entre regulamentos estadunidenses e

as iniciativas de convergência regulatória no âmbito do Diálogo Comercial estão inseridas na estratégia do MDIC de ampliar a inserção do Brasil no comércio internacional, principalmente mediante a remoção e redução de barreiras não-tarifárias

Importações brasileiras para os Estados Unidos (2016)

US\$ 23,8 bilhões

Fonte: MDIC (2017)

estrangeiros¹, MDIC e DoC decidiram incluir, em março de 2015, o tema da cooperação regulatória no Diálogo Comercial. O objetivo: promover iniciativas de convergência ou de reconhecimento mútuo nas áreas de regulamentos, normas técnicas, certificações e avaliação da conformidade.

Em junho desse mesmo ano, os órgãos também assinaram o Memorando de Intenções (MOI, sigla em inglês) sobre Normas Técnicas e Avaliação da Conformidade. Considerado pelo MDIC como um acordo "guarda-chuva", o MOI busca facilitar o comércio bilateral por meio de três grandes frentes de ação: i) convergência e reconhecimento mútuo; ii) elaboração conjunta de regulamentos ou normas; e iii) facilitação do acesso a certificações demandadas nos Estados Unidos, por meio de testes e ensaios locais.

O MOI sobre Normas Técnicas e Avaliação da Conformidade inaugurou uma nova fase dos trabalhos entre MDIC e DoC no campo da regulação. Ao invés de buscar ampliar o diálogo entre autoridades reguladoras e normalizadoras, é o setor privado que assume um papel determinante na identificação e viabilização de iniciativas bilaterais com vistas a eliminar ou impedir divergências regulatórias entre os países.

Nesse formato, MDIC e DoC atuam como facilitadores da convergência regulatória entre setores específicos. Dentre as iniciativas em andamento, destacam-se as seguintes tratativas:

- i) cerâmica: negociação de acordo de reconhecimento mútuo;
- ii) têxtil: desenvolvimento de análises comparadas de exigências regulatórias;
- iii) refrigeração comercial leve: discussão sobre certificações de eficiência energética;
- iv) laboratórios: estímulo para a habilitação de laboratórios estadunidenses no Brasil; e
- v) eletroeletrônicos, máquinas e equipamentos e luminárias: diálogo sobre o reconhecimento de testes e laboratórios brasileiros nos Estados Unidos.

Ademais, o MOI estabelece que os países devem buscar o desenvolvimento de normas internacionais². Trata-se de questão controversa, de grande interesse dos Estados Unidos, pois as normas desenvolvidas nesse país não são reconhecidas pelo Brasil como "normas internacionais", embora estejam em conformidade com os princípios estabelecidos pelo Comitê de TBT da OMC.

O Brasil entende que normas internacionais são somente aquelas desenvolvidas no âmbito de organizações multilaterais como a Organização Internacional de Normalização (ISO). Isso resulta em uma maior facilidade de nacionalização dessas normas, cuja responsabilidade cabe ao foro nacional de normalização – no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Nos Estados Unidos, a lógica normativa é diferente e descentralizada. As normas técnicas podem ser produzidas por diversas organizações normalizadoras (empresas privadas) e são reconhecidas como internacionais se seguirem os princípios estabelecidos pelo Comitê de TBT.

Para tratar dessas diferentes perspectivas, em novembro de 2015, MDIC e DoC realizaram um *workshop* no Brasil, evento de que participaram representantes governamentais dos dois países, organizações normalizadoras e entidades de representação do setor privado. Nessa ocasião, as partes tiveram a oportunidade de apresentar suas visões sobre a Decisão do Comitê de TBT e discutir como essa Decisão pode ser implementada por ambos os países. Isso ilustra tanto a postura do MDIC quanto do DoC de priorizar o diálogo, mesmo sobre questões em que há visões divergentes.

Os Estados Unidos no ranking de exportações brasileiras em 2016

1º China

US\$ 37,4 bilhões

2º Estados Unidos

US\$ 23,2 bilhões

3º Argentina

US\$ 13,4 bilhões

4º Holanda

US\$ 10,3 bilhões

5º Alemanha

US\$ 4,9 bilhões

Fonte: MDIC (2017)

Embora o debate sobre o que são normas internacionais permaneça controverso, não aparenta prejudicar os trabalhos em convergência regulatória no Diálogo Comercial. Em 2016, MDIC e DoC anunciaram a ampliação do escopo de certificação de laboratórios estadunidenses no Brasil. Isso significa que existirão, no país, mais opções para a certificação de produtos destinados aos Estados Unidos, reduzindo de forma significativa os prazos para a adequação de produtos. Na última reunião do mecanismo, em maio de 2017, discutiu-se a promoção da acreditação nos Estados Unidos de laboratórios brasileiros, para que possam prestar, no Brasil, serviços até o momento somente oferecidos por laboratórios estadunidenses.

Coerência regulatória

No âmbito do Diálogo Comercial, as iniciativas em coerência regulatória delineiam-se pela troca de informações entre as partes, com foco na legislação de comércio exterior. Nesse campo, a cooperação entre MDIC e DoC busca promover boas práticas regulatórias, a transparência governamental e a compreensão mútua dos respectivos sistemas regulatórios para a promoção do comércio e investimento bilaterais.

Do lado brasileiro, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) lidera os trabalhos: a ela, cabe definir diretrizes e orientações sobre normas e procedimentos para a racionalização e simplificação de procedimentos, exigências e controles administrativos, por exemplo. Além disso, a Casa Civil, por meio do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), também contribui para o trabalho em coerência regulatória no Diálogo Comercial, tendo em vista seu objetivo de promover boas práticas regulatórias e a melhoria do ambiente de negócios em nível nacional.

Do lado estadunidense, estão envolvidas nas tratativas a Administração do Comércio Internacional do DoC e o Escritório de Informação e Assuntos Regulatórios (OIRA, sigla em inglês) da Casa Branca. A primeira autoridade tem atuação focada na promoção da competitividade da indústria dos Estados Unidos, o que inclui defender a conformidade das relações comerciais com as leis e acordos sobre comércio. Já o OIRA tem competência sobre a revisão dos regulamentos desenvolvidos pelas agências e departamentos em nível federal e sobre as revisões periódicas dos regulamentos existentes. Com isso, busca assegurar a compatibilidade entre regulamentos e evitar duplicações e encargos desnecessários, sendo seu principal objetivo assegurar a vigência de um sistema transparente, em que as partes interessadas possam contribuir efetivamente para a atividade regulatória.

O papel do OIRA e a experiência estadunidense na promoção da coerência regulatória⁹ são de grande interesse das autoridades envolvidas na gestão no comércio exterior brasileiro. Segundo o ex-conselheiro da CAMEX, João Augusto Baptista Neto, é preciso “trabalhar em uma regulação que traga previsibilidade, segurança jurídica e competitividade”.

Atualmente, os trabalhos entre Brasil e Estados Unidos, em coerência regulatória, encontram-se delimitados pelo MOI de Cooperação Conjunta sobre Coerência Regulatória e Envolvimento do Setor Privado, assinado em 2015. As discussões sob o MOI fomentaram o debate interno e sensibilizaram os órgãos reguladores brasileiros, que estabeleceram o Grupo de Trabalho (GT) sobre Coerência Regulatória no âmbito da CAMEX, em 2017. O foco do GT são os regulamentos que impactam o comércio de bens e serviços, enquanto que seu objetivo é trabalhar pela coerência entre as regras de comércio exterior, o que

as iniciativas em coerência regulatória (...) [buscam] promover boas práticas regulatórias, a transparência governamental e a compreensão mútua dos respectivos sistemas regulatórios para a promoção do comércio e investimento bilaterais

abrange a eliminação de conflitos entre regulamentos e a avaliação de compatibilidade de novos regulamentos com as normativas já existentes.

Nos Estados Unidos, as crescentes preocupações com o custo da regulação motivaram a emissão da Ordem Executiva 13.771, do presidente Donald Trump, em seus primeiros dias de governo⁴. Por meio desta, o presidente estabeleceu que as agências reguladoras e departamentos estadunidenses somente poderão propor um novo regulamento se eliminarem ao menos dois regulamentos já existentes. Nesse caso, o custo para a sociedade do novo regulamento, mensurado por análises de impactos regulatórios, não pode ser superior aos custos eliminados.

Embora os debates sobre coerência regulatória estejam em estágios diferentes no Brasil e nos Estados Unidos, a cooperação entre MDIC e DoC permitiu avanços importantes no lado brasileiro, impulsionando a sensibilização de autoridades reguladoras e o estabelecimento do GT sobre Coerência Regulatória no âmbito da CAMEX.

Abordar tanto a coerência como a convergência regulatória no Diálogo Comercial tem o potencial de solucionar as barreiras não tarifárias entre ambos os países e dirimir as exigências regulatórias nacionais – ou seja, “equacionar” a burocracia brasileira.

Considerações finais

Como mostra a experiência do Diálogo Comercial entre MDIC e DoC, a cooperação regulatória deve ser uma prioridade da política comercial brasileira. Em um sistema internacional marcado por tarifas cada vez menos proibitivas ao comércio, a agenda regulatória adquire maior relevância para destravar as exportações.

No entanto, é preciso que as empresas brasileiras trabalhem junto ao governo para trazer ao seu conhecimento a existência de exemplos e casos de barreiras ao comércio que limitam, dificultam ou encareçam desnecessariamente suas exportações. Somente dessa forma será possível promover um ambiente regulatório coeso, facilitador do comércio internacional, tanto em termos de convergência, como em coerência regulatória.



Roberto Kanitz
Consultor de UNO International
Trade Strategy
(roberto@unotrade.com).



Stefanie Tomé Schmitt
Consultora de UNO International
Trade Strategy
(stefanie@unotrade.com).

-
- ① Esse é um dos propósitos especificados na Ordem Executiva 13.379, intitulada “Promovendo a Cooperação Regulatória Internacional”. O documento foi aprovado em 2012, durante a administração de Barack Obama.
 - ② Tal objetivo está em conformidade com o Anexo 4 da “Segunda Análise Trienal da Operação e Implementação do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (2000), Decisão do Comitê sobre Princípios para o Desenvolvimento de Padrões Internacionais”.
 - ③ O Ato de Procedimentos Administrativos é promulgado em 1946. Entre suas previsões, destaca-se que os órgãos do Poder Executivo devem, ao regular, seguir procedimento específico, aplicável de forma transversal, para que o sistema regulatório seja transparente, participativo e compreensível.
 - ④ O título completo do documento é “Ordem Executiva Presidencial sobre Redução de Regulação e Controle de Custos Regulatórios”.

Publicações



O papel da cooperação regulatória para o futuro da OMC ICTSD – junho 2017

A emergência de cadeias globais de valor (CGV) e bens públicos globais apresenta uma oportunidade para que a Organização Mundial do Comércio (OMC) tenha um papel mais relevante na cooperação regulatória internacional. Este trabalho identifica as circunstâncias e modalidades nas quais a OMC tem maior probabilidade de atingir sucesso. Primeiro, analisa as condições dentro das quais a cooperação regulatória internacional pode ser melhor multilateralizada por meio da OMC. Segundo, considera os meios pelos quais a cooperação regulatória pode ser buscada no nível multilateral. Em particular, recomenda um modelo do tipo "centro-periferia" para a promoção de cooperação regulatória e manutenção da transparência e responsabilidade democrática desse mecanismo. Para acessar o documento completo, clique [aqui](#).



Relatório Anual da OMC de 2017 OMC – maio 2017

O relatório é apresentado pelo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, que retoma os principais acontecimentos de 2017 no âmbito do comércio internacional, com destaque para a aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) e a emenda ao acordo de propriedade intelectual da OMC. A primeira parte do relatório oferece uma breve análise do ano de 2016, com foco nas principais áreas de atividade da OMC. A segunda parte analisa o trabalho da OMC, contemplando desde as negociações comerciais e a implementação de acordos, até o monitoramento comercial, a solução de controvérsias, o suporte ao desenvolvimento e as atividades de alcance externo. Para acessar o relatório completo, clique [aqui](#).



O avanço das *commodities* e das exportações de manufaturados IEDI – maio 2017

No primeiro trimestre de 2017, a balança comercial do Brasil atingiu um superávit recorde de US\$ 14,4 bilhões. O período foi marcado por uma redinamização do comércio exterior, já que tanto as exportações como as importações voltaram a crescer frente ao mesmo período do ano anterior, depois de um longo período em que ambos os fluxos apresentaram retração. Mais uma vez, a elevação dos preços internacionais das *commodities* aparece como o principal motor do comércio exterior do país. Como resultado disso, o superávit de produtos primários avançou de US\$ 10,3 bilhões no primeiro trimestre de 2016 para US\$ 16,9 bilhões no primeiro trimestre de 2017 (uma alta de 62,6%). Este relatório analisa a elevação dos preços das *commodities* e as exportações do setor de manufaturados do Brasil. Para acessar o documento completo, clique [aqui](#).



Considerações regulatórias: alavancando oportunidades por meio da cooperação regulatória ICTSD – junho 2017

Este artigo examina as oportunidades que a cooperação regulatória provê para a racionalização de um conjunto de sistemas regulatórios internacionais interconectados e o papel que os acordos de comércio podem ter para facilitar tal racionalização, particularmente em relação às lições aprendidas a partir da cooperação regulatória de Estados Unidos e Canadá. Ao fazer isso, o artigo identifica o contexto para a cooperação entre reguladores, o papel importante dos *stakeholders*, a abordagem em favor do planejamento da cooperação regulatória e as potenciais implicações comerciais. Para acessar o documento completo, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Departamento de Assuntos Exteriores e
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

ISSN 1813-4394

